



Pauta da semana inclui estatais e cargo em comissão

Senadores podem votar também a proposta que isenta instituições religiosas de pagar IPTU e a que incorpora servidores dos ex-territórios aos quadros da União

O primeiro item da pauta de votações do Plenário do Senado nesta semana é o projeto da Lei Geral das Estatais. Trata-se do PLS 555/2015, que faz parte do conjunto de medidas da Agenda Brasil e fixa normas de governança corporativa e regras para compras e licitações que atendam as especificidades de empresas públicas e sociedades de economia mista.

A pauta da semana também inclui três

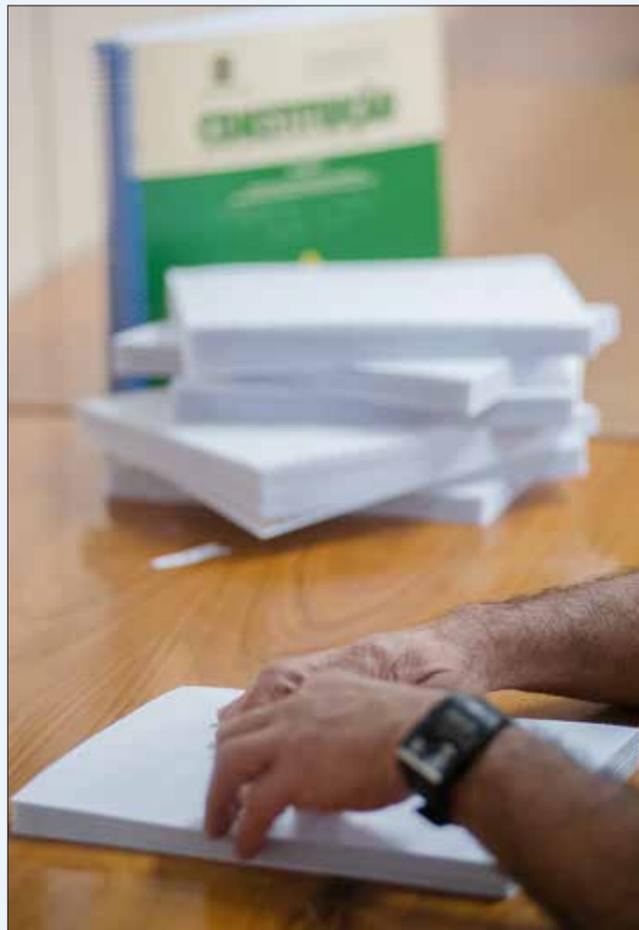
propostas de emenda à Constituição que ganharam calendário especial de votação. A primeira é a PEC 110/2015, que limita a quantidade de cargos em comissão. As outras são a PEC 133/2015, que isenta de pagamento de IPTU os imóveis alugados para a realização de cultos, e a PEC 3/2016, que incorpora ex-servidores de antigos territórios ao quadro da União.

Pode ser votado ainda projeto que cria a Instituição Fiscal Independente. **3**

Vetos presidenciais devem ir no dia 22 a votação **3**

Comissão pode analisar amanhã contas de Dilma **3**

Senado transparente



Pedro Franco/Agência Senado

Serviço de Impressão em Braille da Casa conta com revisores cegos

Jornal mensal em braille leva notícias do Senado aos cegos

Criada em 2009 com o intuito de levar um resumo das principais decisões do Senado às

pessoas com deficiência visual, a publicação, que é distribuída gratuitamente, chega à 80ª edição. **2**

Seguro rural precisa garantir renda ao produtor, pedem debatedores

Participantes de audiência da Comissão de Agricultura realizada no Rio Grande do Sul defenderam a criação de um seguro agrícola que, além de custear a lavoura, garanta o

pagamento do produtor em caso de problemas com a lavoura, como instabilidades climáticas ou políticas. Eles protestaram contra corte de R\$ 341 milhões no orçamento da área para 2016. **4**

Proposta obriga poder público a informar custo de publicidade **4**

Ação do Ministério Público contra ex-presidente repercute no Plenário

O pedido de prisão preventiva do ex-presidente Lula foi criticado por Vanessa Graziotin e Cristovam Buarque. Os senadores consideram que não há consistência nem justificativa para

a requisição dos promotores de São Paulo, já que não há nenhuma evidência de que Lula vá tentar sair do país ou resistir em colaborar com as investigações da Operação Lava-Jato. **3**

Marcos Kennedy/Assembleia Legislativa de Goiás



Audiência em Goiânia, na sexta-feira, presidida por Paulo Paim (C), encerrou debates sobre projeto de lei da Câmara

Paim: estados são contra projeto de terceirização

Audiência feita na sexta-feira em Goiás encerrou o ciclo de debates sobre o projeto de lei que permite a terceirização do trabalho inclusive nas atividades-fim. As discussões

foram promovidas em todos os estados pela Comissão de Direitos Humanos. O presidente do colegiado, Paulo Paim, afirmou que a proposta foi repudiada por represen-

tantes dos trabalhadores em todo o país e considerada por especialistas uma ameaça aos direitos legais e incapaz de aumentar a competitividade e os empregos. **4**

Reportagem amanhã trata da violência no parto

O *Especial Cidadania* que será publicado na edição de amanhã do **Jornal do Senado** mostra que cesarianas desnecessárias, intervenções não autorizadas pela grávida e até tratamento ofensivo estão entre as formas de violência obstétrica mais recorrentes no

Brasil. Em cada quatro mães, uma relata ter sofrido procedimentos que prejudicam o desenvolvimento natural do parto e desrespeitam a própria mulher e o bebê. O *Especial Cidadania* também apresenta os projetos que transformam o parto humanizado em lei.

Jornal do Senado chega à 80ª edição em braile

Com distribuição gratuita, publicação leva desde 2009 os fatos mais relevantes da atividade legislativa a bibliotecas e entidades voltadas às pessoas com deficiência visual, inclusive em Portugal



O SENADO PUBLICARÁ neste mês a 80ª edição da versão em braile do **Jornal do Senado**. Distribuída gratuitamente todos os meses a bibliotecas — inclusive de Portugal — que têm cegos como leitores e a entidades voltadas aos deficientes visuais, a publicação é um resumo das reportagens sobre os assuntos mais relevantes da atividade legislativa do Senado do mês anterior.

A proximidade das informações com a realidade dos leitores é o principal critério para escolha das reportagens da versão em braile. Por isso, ganham destaque temas que tratam dos direitos das pessoas com deficiência, explicou o diretor-adjunto da Secretaria Agência e Jornal do Senado, Flávio Faria.

— Nós tentamos equacionar o interesse deles com os acontecimentos mais relevantes, com base no que é publicado no jornal, visto que não temos condições de publicar em braile um jornal diário ou semanal, devido ao processo ser demorado — disse.

Segunda edição

A Fundação Dorina Nowill, em São Paulo, é uma das 160 instituições que recebem mensalmente a versão em braile do jornal. Na biblioteca da entidade, a publicação fica exposta na recepção, disponível para os mais de 1,5 mil cegos que frequentam o local.

A coordenadora da biblioteca da fundação, Renata Lopes, relata que, além do **Jornal do Senado**, há só mais uma publicação em braile com notícias factuais.

— Nós lutamos para que as pessoas com deficiência tenham acesso à leitura, à cultura e ao lazer, a fim de gozarem da vida plena. O **Jornal do Senado** em braile contribui



Revisão é feita pelos colaboradores cegos do Serviço de Impressão em Braile

de uma forma inclusiva muito bacana, já que a informação deveria ser igual para todos — disse a coordenadora.

No primeiro dia do mês, a edição em braile começa a ser montada. São selecionadas de 25 a 30 reportagens, entre as notícias publicadas na versão diária do **Jornal do Senado**, que passam por uma segunda edição. O material é enviado ao Serviço de Impressão em Braile, da Secretaria de Editoração e Publicações (a Gráfica do Senado), onde é transcrito para o braile com o auxílio do software Braile Fácil.

Depois, é preciso adequar o texto às normas de linguagem impressa em alto relevo, segundo a chefe do Serviço de Impressão em Braile, Marinete Brito.

— A primeira impressão em alto relevo passa por uma revisão, feita pelos nossos colaboradores cegos. Após alguma correção, a tiragem é impressa — explicou Marinete. Todo o processo leva em torno de seis dias.

História

A versão em braile do **Jornal do Senado** nasceu em 2009. Com o tempo, o produto foi se aperfeiçoando conforme a necessidade do público leitor, de acordo com Flávio Faria.

Em 2012, um leitor alertou para a dificuldade em tatear o jornal, que na época utilizava

a encadernação em brochura.

— Ele também disse que não conseguia ler as reportagens no ônibus porque o jornal não dobrava. São observações que a gente, que não tem deficiência visual, não imagina. Ele nos alertou e na edição seguinte adotamos a encadernação em espiral, sugerida por ele — afirmou o diretor-adjunto.

Número de páginas

A redução dos textos também foi uma sugestão recebida e colocada em prática. Uma reportagem do **Jornal do Senado**, se publicada na íntegra, pode ocupar de cinco a seis páginas impressas em braile.

Foi decidido, então, o acréscimo de um número maior de notícias mais curtas, em vez de grandes textos.

— Para este ano, nós estudamos dar mais espaço para determinadas informações, visto que a leitura estava muito resumida e houve reclamações sobre a ausência de detalhes. O desafio é chegar a um formato em que a reportagem não seja muito longa, mas ao mesmo tempo tenha informações suficientes para a plena compreensão da notícia — concluiu Faria.

Não há nenhum custo de envio dessa versão do **Jornal do Senado**, visto que os Correios não cobram a postagem por ser uma publicação em braile.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Salva-vidas

9h Audiência pública interativa sobre a regulamentação da profissão de salva-vidas.

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão não deliberativa, destinada a discursos dos senadores.

CCT Banda larga

8h45 Pauta inclui o PLS 432/2014, que define forma de monitoramento do Programa Nacional de Banda Larga, e o PLS 200/2015, sobre pesquisa clínica.

CMA Educação ambiental

9h30 O PLS 221/2015, que torna a educação ambiental disciplina obrigatória, é um dos itens da pauta.

CAE Energia limpa

10h A comissão avalia, entre outros, o PLS 311/2009, sobre estímulo à produção e ao consumo de energia limpa.

CÓDIGO DA AERONÁUTICA Relatório

10h A comissão avalia minuta do anteprojeto de reforma do código.

CE Aluno com deficiência

11h45 O PLS 45/2015, que proíbe cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência, está na pauta da comissão.

MP 699 Bloqueio de via

14h30 Análise do relatório da MP, que aumenta punição para quem usa veículo para bloquear via pública.

TRANSPARÊNCIA Debate

14h30 A comissão faz audiência interativa para debater a transparência e o funcionamento das agências reguladoras.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Reunião

14h30 Apresentação de relatório sobre população penitenciária feminina do país. Na 2ª parte, análise de conclusões do Relatório de Avaliação de Políticas Públicas sobre o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

ORÇAMENTO Medidas provisórias

15h A comissão mista avalia MPs de crédito suplementar para o Executivo e prestações de contas de vários órgãos federais.

SEGURANÇA DE BARRAGENS Debate

15h Audiência pública interativa sobre aspectos técnicos da segurança de barragens.

QUARTA

CI Rodovia BR-163

8h30 Audiência pública sobre a concessão da BR-163, no trecho Sinop (MT)-Itaituba (PA)-Santarém (PA)

CAS Instrutor de trânsito

9h A comissão analisa o PLS 289/2010, sobre a profissão de instrutor de trânsito, e mais 11 itens.

CDR Turistas chineses

9h30 A comissão promove, no Interlegis, o seminário Welcome Chinese, cujo objetivo é discutir certificações para receber turistas chineses.

CCJ Transferência de passagens

10h Na pauta da comissão, entre outros, está o PLS 394/2014, que possibilita a transferência de bilhete aéreo entre passageiros, e mais 39 itens

MP 707 Produtores rurais do NE

11h Audiência interativa para instruir a MP, que dá mais tempo para produtores rurais do Nordeste pagarem dívidas.

CE Livros no Minha Casa, Minha Vida

11h A comissão faz audiência interativa sobre o PLS 204/2013, que inclui equipamentos de informática e livros no Minha Casa, Minha Vida.

MP 712 Mosquito da dengue

14h Audiência interativa para instruir a MP, sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde relacionadas ao *Aedes aegypti*.

CMO Prestação de contas

14h A comissão continua a avaliar prestações de contas e demonstrativos financeiros de órgãos federais.

CONSELHO DE ÉTICA Caso Delcídio

14h30 O conselho analisa mérito da representação contra o senador Delcídio do Amaral.

QUINTA

CAE/CMA/CMO Alexandre Tombini

10h As comissões fazem audiência conjunta com presença do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

CRE Três embaixadores

10h A comissão sabatina indicados para os cargos de embaixador na Costa Rica, na Croácia e na Ucrânia.

CONGRESSO Dia do Artesão

11h Sessão solene para comemorar o Dia Nacional do Artesão.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Lei Geral das Estatais e três PECs estão na pauta de votação do Plenário

Entre as propostas, que ganharam calendário especial de votação, está a que limita número de cargos em comissão no serviço público

O PROJETO DA Lei Geral das Estatais é o primeiro item da pauta de votações do Plenário do Senado para amanhã. O PLS 555/2015, que integra a Agenda Brasil, estabelece normas de governança corporativa e regras para compras e licitações que atendam as especificidades de empresas públicas e sociedades de economia mista.

As normas da futura lei serão aplicadas a estatais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O projeto inclui as estatais que exploram atividade econômica em sentido estrito, como o Banco do Brasil; as que prestam serviços públicos, como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); e as que exploram atividade econômica sujeita ao regime de monopólio da União, como a Casa da Moeda.

A pauta também inclui três propostas de emenda à Constituição que ganharam calendário especial de votação. A primeira é a PEC 110/2015, que restringe a quantidade de cargos em comissão. De Aécio Neves (PSDB-MG), a proposta tem objetivo de reduzir a máquina pública e torná-la mais eficiente e qualificada tecnicamente, estabelecendo o critério da meritocracia e a realização de concurso público para preenchimento de parte dos cargos comissionados — 50% dos quais terão que ser ocupados por servidores do quadro efetivo da instituição.

Para quarta-feira, estão previstas a PEC 133/2015, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que torna isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) os imóveis alugados a templos religiosos e utilizados para a realização de cultos,



Senadores podem votar Instituição Fiscal Independente e isenção de IPTU para imóvel alugado por templo religioso

e a PEC 3/2016, de Romero Jucá (PMDB-RR), que insere em quadro em extinção do governo federal pessoas que tenham mantido relação de trabalho com os ex-territórios de Roraima e do Amapá durante a transformação deles em estados.

Para isso, é necessário, segundo a PEC, comprovar vínculo como empregado, servidor público, prestador de serviço ou trabalhador contratado pelos ex-territórios de Roraima e do Amapá entre outubro de 1988 (promulgação da Constituição federal e da criação dos estados) e outubro de 1993 (data da efetiva instalação dos estados).

Ainda consta da pauta do Plenário a criação, no âmbito do Senado, da Instituição Fiscal Independente (IFI), prevista no Projeto de Resolução do Senado (PRS) 61/2015. A ideia é aprimorar os mecanismos de avaliação e controle social da política fiscal do governo.

Vetos presidenciais serão avaliados pelo Congresso Nacional no dia 22

No dia 22, o Congresso Nacional vai realizar sessão conjunta para examinar 16 vetos presidenciais, conforme informou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) na presidência da sessão plenária do Senado na sexta-feira. A sessão está marcada para as 19h, no Plenário da Câmara.

A votação dos vetos estava prevista para terça-feira passada, mas a sessão foi cancelada depois que a oposição prometeu obstruir os trabalhos até que a comissão do processo de impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff, seja instalada na Câmara dos Deputados.

O Congresso vai analisar dispositivos vetados da cha-

mada Lei da Repatriação (Lei 13.254/2016), que permite a regularização de recursos enviados ao exterior; do Marco Legal da Ciência e Tecnologia; e da anistia aos policiais militares em greve.

Em matéria orçamentária, está na pauta o veto ao reajuste para os beneficiários do Programa Bolsa Família. Pela proposta aprovada, o benefício seria corrigido de acordo com a inflação acumulada de maio de 2014 a dezembro de 2015, mas a presidente Dilma alegou que não há verba prevista no Orçamento de 2016 para o reajuste. Se fosse concedido, completou ela, seria necessário desligar beneficiários do programa.

Contas do governo podem ser votadas amanhã

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) marcou três reuniões deliberativas para esta semana. A intenção é votar a prestação de contas do governo federal do ano de 2014. Com recomendação de rejeição pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mas com parecer favorável do relator, as contas são o item mais importante na pauta de votações da CMO.

A comissão se reunirá amanhã às 15h, logo após encontro de lideranças para definir a lista de votações. A base do governo pretende trazer as contas para o topo da pauta, de modo a garantir a rápida aprovação

do relatório de Acir Gurgacz (PDT-RO). Já a oposição quer estender a discussão sobre o assunto e tenta, antes da votação, levar o ministro do TCU Augusto Nardes, autor da recomendação pela rejeição, para uma audiência pública sobre o assunto.

Outras duas reuniões estão marcadas para quarta-feira, às 10h e às 14h. Além das contas presidenciais de 2014, a CMO precisa votar duas medidas provisórias que abrem créditos suplementares, demonstrativos financeiros de alguns órgãos federais e um requerimento de informações dirigido ao ministro da Fazenda, Nelson

Barbosa. Trata-se de um pedido da oposição para que o ministro esclareça as fontes dos pagamentos das pedaladas fiscais, manobras contábeis para atrasar o pagamento de operações do Tesouro com bancos públicos.

A composição atual da CMO será desfeita na última semana de março. Depois disso, novos membros serão indicados pelas bancadas da Câmara e do Senado e um novo presidente será eleito. A atual ocupante do cargo, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), disse querer esgotar a pauta de votações antes da troca de gestão.

A CMO também se reunirá

na quinta-feira, às 10h, para receber o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, para a prestação de contas da execução das políticas monetária, creditícia e cambial de 2015.

A audiência acontecerá em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado e com as Comissões de Finanças e Tributação (CFT), de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados.

(Com Agência Câmara)

Pedido de prisão de Lula é frágil, avalia Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) classificou na sexta-feira como “frágil e inconsistente”



o pedido de prisão preventiva do ex-presidente Lula. Para ela, os promotores que protocolaram o pedido “passaram dos limites a ponto de dividir a própria corporação”.

— Imediatamente a sociedade reagiu. Juristas disseram não haver cabimento no pedido. Ele chega a ser primário. Não só quem apoia Lula, a própria oposição, o líder do PSDB nesta Casa e o líder na Câmara dos Deputados disseram que precisamos ter mais cautela.

Cristovam contesta ação de promotores contra ex-presidente

Cristovam Buarque (PPS-DF) afirmou, na sexta-feira, não estar convencido da necessidade de prisão preventiva do ex-presidente Lula, pedida por promotores de São Paulo.



— Não vejo possibilidade de Lula sair do Brasil. E ele insuflará muito mais, sem dar uma palavra, se for preso.

Para o senador, numa nação democrática, não se pode prender se não houver justificativa, sob risco de a Justiça perder a razão.

— Todos são iguais perante a lei. Mas, no caso de um líder, o motivo tem de ser robusto o suficiente para convencer todo o país.

Gurgacz faz apelo por diálogo entre governo e oposição

Acir Gurgacz (PDT-RO) fez apelo para que parlamentares oposicionistas e governistas retomem o diálogo, em favor dos interesses do país e da volta do crescimento econômico.



Na opinião do senador, a disputa política “já foi longe demais”, com erros dos dois lados. A oposição persegue a volta ao poder, prejudicando toda a população. Já os governistas buscam a manutenção do poder em detrimento da gestão do país. Com isso, o governo perde a confiança do mercado, resultando em prejuízos para todos.

Produtores rurais pedem seguro para garantir renda

Em audiência no Sul, debatedores criticaram corte orçamentário na área e defenderam que o benefício seja usado também para assegurar o rendimento do produtor em caso de problemas com a lavoura

A CRIAÇÃO DE um modelo sustentável de seguro agrícola que garanta não só o custeio da safra, mas também a renda do agricultor em caso de problemas na lavoura foi defendida por participantes da audiência promovida na sexta-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) no município gaúcho de Não-Me-Toque.

A presidente da CRA, senadora Ana Amélia (PP-RS), ressaltou que um seguro agrícola que garanta também a renda do produtor é fundamental diante das instabilidades climáticas e políticas que o país enfrenta.

Ela afirmou que a agricultura é um setor dinâmico, produtivo, inovador e o único que está gerando dados positivos em plena crise econômica brasileira.

Os debatedores protestaram contra o corte de R\$ 341,6 milhões que o seguro agrícola sofreu neste ano. Após o contingenciamento do Orçamento, o seguro agrícola da safra 2016-2017 contará com R\$ 400 milhões. A Lei Orçamentária Anual de 2016, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, previa R\$ 741,6 milhões para a subvenção ao seguro agrícola.

— R\$ 400 milhões é praticamente nada. É insignificante. Precisamos pelo menos voltar para os R\$ 741 milhões — protestou Flávio Enir Turra, representante da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.



Ana Amélia (C) dirige debate e destaca que agricultura sustenta economia

Turra destacou que o seguro agrícola está sendo tratado como prioridade nos principais países desenvolvidos e lamentou que o Brasil tenha apenas um percentual mínimo de produtores com a produção assegurada.

Percentuais altos

O diretor do Departamento de Crédito, Recursos e Riscos da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Vitor Augusto Ozaki, argumentou que os percentuais de subvenção estavam muito altos e, por isso, foi feito o corte. Para ele, o governo tem que ajudar os produtores na medida certa.

— Devemos dar uma colher do remédio, e não o pote todo, senão prejudicaremos os produtores — disse.

Ozaki afirmou que o ministério pretende trabalhar para ajudar o produtor em todos os setores da atividade e massificar o máximo possível o

seguro com os R\$ 400 milhões disponibilizados.

A diretora-executiva da AgroBrasil, Laura Emília Dias Neves, ponderou que as regras do seguro agrícola devem ser claras e definidas antes da safra, ainda no pré-custeio.

Laura destacou também que as seguradoras devem considerar as variedades de culturas existentes no campo.

Para o representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, Carlos Joel Silva, o governo não deve considerar que ajuda o agricultor sem ter uma contrapartida. Segundo ele, o produtor também ajuda o governo, dando um retorno favorável para a economia do país.

Silva destacou que o seguro agrícola é importante para o governo e deve ser visto como um investimento, já que incentiva os produtores a continuar trabalhando e gerando renda.

Audiência em Goiânia condena proposta sobre terceirização

Todos os estados repudiam fortemente o PLC 30/2015, que regulamenta a terceirização para todos os setores das empresas. A afirmação foi feita na sexta-feira pelo senador Paulo Paim (PT-RS) na Assembleia Legislativa de Goiás, onde ocorreu a última das audiências sobre o tema promovidas pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Em 12 de maio haverá um evento em Brasília com delegações de todo o país para marcar o encerramento das audiências. Ao fim, será aprovada uma carta à nação. O PLC 30 já foi aprovado na Câmara e aguarda agora votação no Senado.

Para Paim, não é por meio da terceirização que melhores indicadores de competitividade e emprego serão alcançados.

— De cada cinco mortes na área do trabalho, quatro são provenientes de empresa

terceirizada. A cada dez acidentes, oito são de empresas também terceirizadas. Por isso, o objetivo desta cruzada é rejeitar o projeto que vem da Câmara e apresentar outra proposta, fruto da jornada nacional que vai garantir ao terceirizado os mesmos direitos dos outros trabalhadores.

Em Goiânia foi aprovada a *Carta contra a Terceirização*. No documento, os participantes do encontro afirmam que a classe trabalhadora repudia o texto aprovado pela Câmara, porque “corresponde a uma radical reforma trabalhista supressora dos direitos conquistados na luta, sob o eufemismo da contratação de empresas especializadas”.

Os trabalhadores também questionam a tese de maior eficiência e ganhos de produtividade para justificar essa forma de contratação.

(Com Assembleia Legislativa de Goiás)

Projeto amplia transparência de gastos com publicidade

Os cidadãos poderão ter mais controle sobre os gastos do poder público com publicidade institucional. É o que prevê o PLS 234/2015, na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que se reúne amanhã.

De autoria de Ronaldo Caiado (DEM-GO), o projeto determina que, na propaganda institucional da administração direta e indireta de todas as esferas do poder público, deverão constar, de forma clara, informações sobre o custo e

o número de veiculações ou inserções.

O relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou que a proposta dá mais eficácia à transparência ativa, como preconiza a Lei de Acesso à Informação.

Se a proposta for aprovada, seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ainda na pauta da CCT, está o PLS 200/2015, de Ana Amélia (PP-RS), que agiliza a liberação de pesquisas clínicas.

Donizeti comemora aprovação de texto que estimula biodiesel

Donizeti Nogueira (PT-TO) comemorou a aprovação pela Câmara do projeto que aumenta a adição de biodiesel no diesel fóssil. O senador, que é o autor do projeto (PLS 613/2015), disse estar feliz porque o texto deve ser sancionado até o dia 28.

Donizeti esclareceu que atualmente a adição de biodiesel no diesel fóssil é na proporção de 7% e o projeto aumenta para 8% a partir de 2017, para chegar a 10% em 2019. Segundo ele, o biodiesel tem efeitos positivos tanto para a economia quanto para a sociedade e para o meio ambiente.

— O biodiesel é uma espécie de pré-sal verde.

Explicou também que o aumento do biodiesel reduz as emissões de poluentes cancerígenos no diesel fóssil.



Garibaldi celebra avanço da energia eólica no Nordeste

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) destacou em Plenário na sexta-feira uma boa notícia para a economia do Nordeste: o avanço das usinas eólicas na região, que já geram 30% da energia produzida, segundo a produção apurada em fevereiro. O aumento, disse o senador, foi expressivo em relação à produção em outubro de 2015, de 16,8%. No mesmo período, as hidrelétricas responderam por 33,7% e as fontes térmicas, por 35,7% da energia produzida no Nordeste.

— Das 266 usinas eólicas em operação comercial no país, a maioria está no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba e em Pernambuco. Os ventos constantes do Nordeste contribuem para o crescimento acelerado da energia eólica desde 2009 — afirmou.



Hélio José destaca campanha para prevenir doenças renais

Hélio José (PMD-DF) parabenizou a Sociedade Brasileira de Nefrologia pela campanha para conscientização sobre a prevenção das doenças renais. O Dia Mundial do Rim é celebrado em 10 de março e motivou a realização de uma sessão especial no Senado na quinta-feira.

O senador destacou que o tema deste ano é a prevenção renal na infância.

— A doença renal crônica em crianças traz consequências devastadoras para o crescimento, o desenvolvimento cerebral e a expectativa de vida ao nascer.

Segundo ele, o diagnóstico da doença em crianças no Brasil, em geral, é tardio e incompleto. A progressão da doença, disse, pode ser retardada desde que diagnosticada a tempo.



Raupp cobra melhoria em saneamento para país evitar doenças

A ampliação dos investimentos em saneamento básico foi defendida em discurso por Valdir Raupp (PMDB-RO). Lembrando o tema da Campanha da Fraternidade — “Casa comum, nossa responsabilidade” —, o senador citou estudo segundo o qual apenas metade das residências brasileiras tem coleta de esgoto. Ele ressaltou a conexão entre esse número e o crescimento de doenças como a dengue:

— Apesar de esse ser um problema de causas naturais, que se refere à proliferação de um mosquito, a Campanha da Fraternidade chama a atenção para um fator que muito contribui para a proliferação do *Aedes*: a falta de saneamento.

Doenças facilmente controláveis em regiões saneadas chegam a matar onde o esgoto é negligenciado, alertou.

